Lima Barreto e a República

Beatriz Rezende

"Escrevo esta no dia seguinte ao do aniversário da Proclamação da República"[1].

Não fui à cidade e deixei-me ficar pelos arredores da casa em que moro, num subúrbio distante. (...) me lembrei ao mesmo tempo do aspecto da favela, do Salgueiro (...) Vi em tudo isso a República; e não sei porque, mas vi[2].

É bastante conhecido o posicionamento crítico de Lima Barreto como romancista e contista do início do século em relação à República implantada no Brasil. Em especial a severidade para com a ditadura republicana dos primeiros tempos.

Em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, publicado inicialmente em folhetins no *Jornal do Comércio* de 11 de agosto a 19 de outubro de 1911, os primeiros anos da República aparecem como tempos nada tranqüilos, quando a idéia de que o novo regime representava melhores condições de vida estava longe de ser unânime. No final do romance, o discurso do narrador cola-se ao de Policarpo numa mesma expressão de dúvida:

A Pátria que quisera ter era um mito; era um fantasma criado por ele no silêncio de seu gabinete. Nem a física nem a intelectual nem a política que julgava existir havia[3].

Fredric Jamenson, no polêmico artigo "Third-World literature in the era of multinational capitalism", afirma que o romance do ditador se tornou um gênero na literatura latino-americana e que estas narrativas seriam marcadas por uma profunda e desconfortável ambivalência que contemplaria certa simpatia pela figura do ditador[4]. Na resposta que Aijaz Ahmad dirige ao crítico americano: "Jameson's rhetoric of otherness and the 'National Allegory'"[5], o escritor mostrou o perigo de generalizações que se pode cometer ao nos referirmos à literatura produzida no "*terceiro mundo*", assim como a impossibilidade de se falar em nacionalismo ao invés de "nacionalismos" em diversos casos.

Triste fim de Policarpo Quaresma não é um romance de ditador, mas "também" o é. Certamente é um romance sobre o exercício do poder, as questões democráticas, o direito à cidadania. Na representação literária de Floriano Peixoto não surge qualquer ambigüidade, nenhuma simpatia ou laivo de admiração por uma possível figura forte, caudilhesca. Bem ao contrário, o homem que iria "enfeixar em suas mãos, durante quase um ano, tão fortes poderes, poderes de Imperador romanon"[6], é visto por Policarpo como uma figura vulgar e desoladora, sem qualquer dote superior em quem "a sua preguiça, a sua tibieza de ânimo e o seu amor fervoroso pelo lar deram em resultado esse homem – talvez"[7], cuja concepção de governo "era a de uma tirania doméstica. O bebê portou-se mal, castiga-se"[8].

BEATRIZ RESENDE é doutora em Letras pela UFRJ com a tese: *Dentes negros cabelos azuis. Lima Barreto e a cidadania em fragmentos.* Leciona Teoria Literária e Literatura Comparada na Faculdade de Letras da UFRJ e é pesquisadora do CIEC-UFRJ.

1 *Marginália*, Lima Barreto, p. 35. (Todas as obras de A. H. de Lima Barreto a que nos referiremos fazem parte das *Obras completas de Lima Barreto*, organizadas por Francisco de Assis Barbosa. São Paulo, Brasiliense, 1956).

2 Idem, ibidem.

3 *Triste fim de Policarpo Quaresma*, idem, p. 285.

4 "Third-World literature in the era of multinational capitalism". Frederic Jameson. In: Social text. vol. 5, nº 3, 1986, p. 81.

5 "Jameson's rhetorics otherness and the 'National Allegory' ". Aijaz Ahmad. In: Social text, vol. 6, nº 2, 1987.

6 *Triste fim de Policarpo Quaresma*, Lima Barreto, p. 208

7 Idem, ibidem, p. 211.

8 Idem, pp. 211-212.

Seria, no entanto, uma simplificação ingênua ver neste autor da literatura da Primeira República um opositor sempre intransigente do regime republicano, um nostálgico da Monarquia. É aí que se torna especialmente interessante uma revisão da contribuição do escritor através das crônicas que publicou em jornais por mais de quinze anos. São nessas crônicas, expressão literária que, por sua própria forma de veiculação, se faz próxima ao público leitor, exigindo uma linguagem direta e uma ligação imediata fato/leitor, que surge, neste autor que se move ainda entre o velho e o novo, uma concepção moderna porque democrática. Nelas o ideal republicano não poderá ser separado da busca de afirmação dos direitos do cidadão, do homem comum, da representação da vontade popular, da participação do conjunto da população na escolha de seus dirigentes, assim como do controle da ação dos governantes pela sociedade.

Após fracassada tentativa de criar sua própria revista, *Floreal*, em 1907, e de rápida passagem pela *Fon-Fon*, Lima Barreto passa a colaborar em revistas ilustradas sem sofisticação como a *Careta*, onde foi redator efetivo, escrevendo por quinze anos, e *O Malho*, inicialmente humorística mas que vai adquirindo perfil político. Lima Barreto foi cronista apenas episódico em revistas e jornais mais conhecidos como *O País*, *A Notícia*, *O Diário de Notícias*, *o Rio-Jornal*. Também em *A.B.C.* sua colaboração foi freqüente de 1916 a 1922.

A maior parte de suas crônicas, no entanto, será veiculada pela pequena imprensa. São jornais e revistas menos empresariais ou ligados a associações de caráter progressista ou mesmo anarquista. Entre estes estão *A voz do trabalhador*, da Confederação Operária Brasileira, empastelado pela Polícia, e *O Debate*, dirigido pelo posteriormente líder comunista Astrogildo Pereira.

Após a aposentadoria antecipada em 1919, Lima Barreto intensifica sua participação no jornalismo aproveitando a recém-obtida liberdade em relação ao Estado.

> Aposentado como estou, com relações muito tênues com o Estado, sinto-me completamente livre e feliz, podendo falar sem rebuços sobre tudo o que julgar contrário aos interesses do País[9].

Após a declaração de guerra, com o fechamento de *O Debate*, serão *Brás Cubas*, *A.B.C.* e a *Revista Contemporânea* que publicarão seus quase panfletos e crônicas maximalistas.

De 1920 a 22, Lima Barreto prepara a edição de três livros destinados a reunir suas crônicas: *Marginália*, *Feiras e mafuás* e *Bagatelas*, nenhum publicado em vida.

A Proclamação da República, especialmente na cidade onde ocorrera, de maior nível de participação política e sede dos principais jornais – cidade que Lima Barreto percorre diariamente,

9 *Bagatelas*, idem, p. 134.

Arquivo/Casa de Rui Barbosa

Ressaca em frente à av. Central; foto de Malta de 1906 e que pertence ao arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Diz Lima Barreto em *Marginália*, "15 de Novembro", p. 35: "Em seguida, lembrei-me de que o eminente senhor prefeito quer cinco mil contos para a reconstrução da av. Beira-Mar, recentemente esborrachada pelo mar. Vi em tudo isso a República; e não sei porque mas vi"

passando "das vinte e quatro horas do dia mais de quatorze na rua, conversando com pessoas de todas as classes"[10]–, trouxe inevitáveis expectativas. As camadas da população que até então não faziam parte do jogo político esperam da República a possibilidade de maior participação na vida nacional.

Já se mostrou consistentemente (em especial José Murilo de Carvalho em *Os bestializados*) o quanto essa participação era falaciosa, cabendo à mesma elite dirigente que existia no Império a gerência do País. Evocando em artigo posterior uma frase de Ruy Barbosa durante a campanha presidencial de 1919: "As formas do novo regime mataram a palavra", José Murilo aponta para o fato de a expressão republicana assumir duas formas básicas, o monólogo presidencial e o cochicho parlamentar. As vozes da rua não encontravam expressão a não ser em movimentos de rebeldia às decisões tomadas pelo alto.

A convicção – moderna – da importância da democrática arte do convencimento seria uma das razões que levaram o Lima Barreto cronista a buscar, por toda a vida, dar voz às queixas do povo. Já anteriormente a uma participação regular na imprensa, nosso autor utilizava-se do diário íntimo como uma espécie de veículo privado para fazer a crônica dos fatos públicos.

Em novembro de 1904, Lima Barreto registra em seu diário, a propósito das manifestações de rua ocorridas por ocasião da "Revolta da vacina":

> Essa mazorca teve grandes vantagens:
> 1º) demonstrar que o Rio de Janeiro pode ter opinião e defendê-la com armas na mão:
> 2º) diminuir um pouco o fetichismo da farda:
> 3º) desmoralizar a Escola Militar.
> Pela primeira vez, eu vi entre nós não se ter medo do homem fardado.(...)
>
> * * *
>
> Profecia. Dos militares mais ou menos envolvidos nas mazorcas, nenhum sofrerá pena; dos civis, alguns se suicidarão na prisão[11].

Vale cotejar essas anotações com a visão que tem das mesmas manifestações da população urbana, das "classes perigosas", um outro cronista da "cidade das letras", Olavo Bilac, que publica na elegante revista *Kosmos*:

> (...) as arruaças d'este mez, – nascidas de uma tolice e prolongadas por varias causas, – vieram mostrar que nós ainda não somos um povo. (...) No Rio de Janeiro, e em todo o Brasil, os analphabetos são legião. E não há "povo", onde os analphabetos estão em maioria[12].

Evidentemente, o tema da cidadania não era fluente na Primeira República, e investigar a inclusão de tais temas em textos do nosso autor não só evidencia seu caráter modernizante como provoca uma reflexão sobre a sociedade e a cultura brasileira e o papel que nela cabe ao escritor, ao intelectual.

Era inevitável que o abismo que a República não diminuiu entre os poderosos e os pobres, ou "remediados", provocasse certa nostalgia de uma Monarquia a que a figura intelectual de Pedro II dava respeitabilidade e que findara num momento em que a Abolição lhe trouxera simpatias.

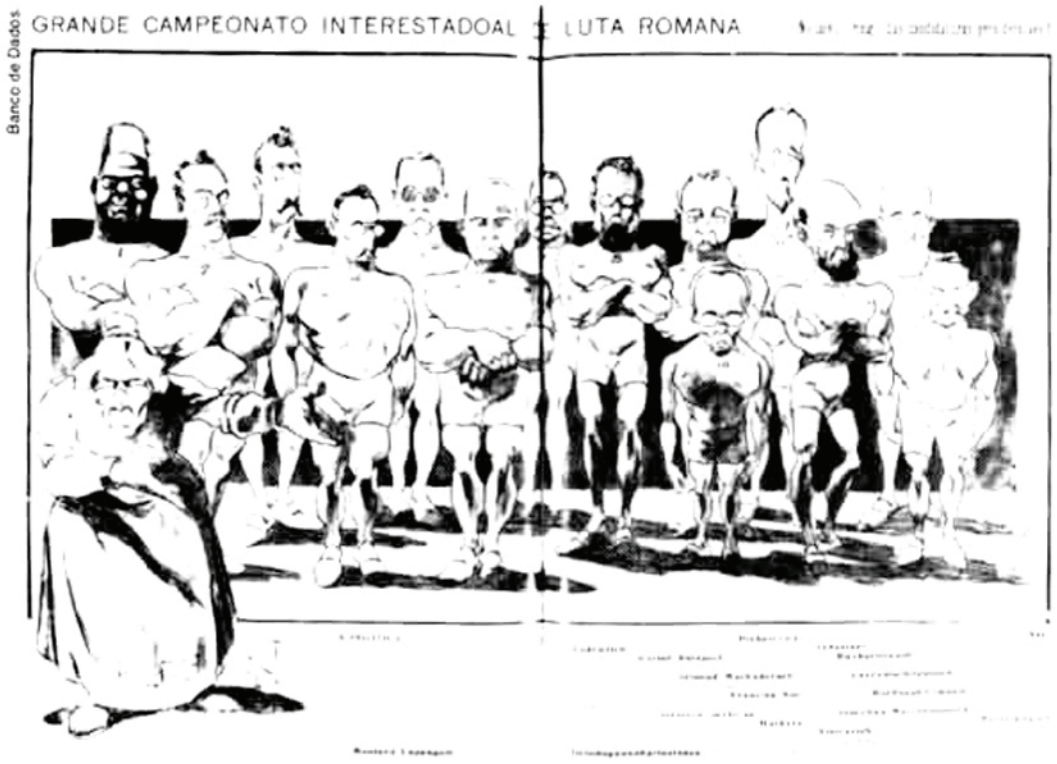
Sob a ótica do cientista político, assim comenta Werneck Vianna o quadro social em que se dá a produção literária que analisamos:

> O Estado imperial projetara sua sombra na República nascente. Passada a turbulência dos primeiros anos a República se reencontra com a Monarquia (...) Capitalismo autoritário, cuja matriz se radica na institucionalização de um sistema de repressão política da força de trabalho, na continuidade do domínio das elites tradicionais, no controle político da fronteira agrária e na dominância geral da política sobre a economia[13].

Às vésperas da Proclamação da República as notícias não chegavam a entusiasmar. A participação popular seria superficial e de última hora. A imagem de República que Lima Barreto apresenta não é das mais animadas.

> A República chegou austera e ríspida. Ela vinha armada com a política positivista, de Comte, e com seus complementos: um sabre e uma carabina[14].

10. *Impressões de leitura*, idem, p. 55.
11. *Diário íntimo*, idem, p. 48.
12. *Tempos eufóricos*, Antônio Dimas, São Paulo, Ática, 1983.
13. "Os intelectuais da tradição e da modernidade: os juristas políticos da OAB", Luiz Werneck Viana, In: *Os intelectuais nos processos políticos da América Latina*, Porto Alegre, Editora da Universidade, p. 199, 1985.
14. *Feiras e mafuás*, Lima Barreto, p. 21.



Um "ring" das candidaturas presidenciais, por Calixto. Observa Lima Barreto em *Marginália*, p. 78, "A política republicana": "Não há assunto que mais me repugne do que aquilo que se chama habitualmente política. Eu a encaro, como todo o povo a vê, isto é, um ajuntamento de piratas mais ou menos diplomados que exploram a desgraça e a miséria dos humildes"

Esta República que chegou como "espécie de estraga-prazer pretenciosa"[15] não entusiasma a cidade que a recebe com uma fisionomia de "estupor e de temor"[16].

> Nascendo como nasceu, com esse aspecto de terror, de violência, ela vai aos poucos acentuando as feições que traria do berço[17].

O desejo dos mandarins da jovem República de fazer da Capital deste país no início do século uma cidade-padrão no modelo europeu se traduz num ufanismo ingênuo que corrobora a idéia da necessidade de instauração da ordem autoritária e que vê nas classes subalternas o espectro da desordem anticivilizatória.

Lima Barreto não só rejeita este ufanismo tipo Afonso Celso (*Porque me ufano de meu país*), como o desvenda em crônicas como "Que fim levou" onde, em julho de 1911, refere-se ao festejado Santos Dumont, cantado em prosa e verso, inclusive por seu amigo Catulo.

> A sua canção não está certa; a Europa não "se curvou ante o Brasil", não "clamou parabéns em meigo tom". Não, meu caro poeta; o que a Europa fez, foi sorrir leve e ironicamente, dizendo consigo:
> – Vocês hão de voar; mas para se inebriarem de azul, de imensidade: para se sentirem um instante fora da miséria eterna da terra, hão de precisar de mim. Esperem[18].

A crônica urbana do nosso autor prefere construir sua ironia coloquial como espelho em que a cidade possa se olhar do que ser publicada como uma foto posada e retocada.

Com a chegada da Guerra, a crítica do ufanismo se transforma no questionamento mesmo da noção de pátria. A preocupação com um conceito mais amplo de nação, como conjunto de cidadãos, e com a utopia nacionalista que faria os homens se ligarem por um sentimento maior de solidariedade que lhe parece possível, o leva a se opor à idéia de pátria.

> (...) os charlatães do Estado, em nome da pátria e de estúpida teoria das raças, instilaram na massa ignara das populações sentimentos guerreiros de agressão[19].

Lima Barreto continuará usando a crônica jornalística como uma expressão de formas plurais, que vão do confessional, fazendo dela um quase diário, ao manifesto, passando pela sátira ou escritos quase líricos.

15 Idem.

16 *Bagatelas*, idem, p. 52.

17 Idem.

18 Idem, p. 82.

19 *Coisas do Reino do Jambon*, idem, p. 75..

Em 1919, a Pátria, sendo vista como representação da elite no poder, não lhe evoca qualquer simpatia.

> Não sendo patriota, querendo mesmo o enfraquecimento do sentimento de pátria, sentimento exclusivista e mesmo agressivo, para permitir o fortalecimento de um maior, que abrangesse, com a terra, toda a espécie humana(...)[20].

É curioso observarmos que os aspectos mais vulneráveis à crítica nos primeiros anos da República são os mesmos que ainda hoje aparecem como os mais mobilizadores da opinião pública: a corrupção, o abuso do poder, a má administração, a malversação do dinheiro público, tudo isso se transformando numa falta de confiança nos homens públicos e, mais do que isso, na própria política.

> A República no Brasil é o regímen da corrupção. Todas as opiniões devem, por esta ou aquela paga, ser estabelecidas pelos poderosos do dia[21].

e ainda:

> (A política) Eu a encaro, como o povo a vê, isto é, um ajuntamento de piratas mais ou menos diplomados, que exploram a desgraça e a miséria dos humildes[22].

Mas, é justamente ao superar essa primeira visão algo simplista, que a crônica de Lima Barreto, dirigindo-se aos seus leitores numa forma de interpelação direta, deslocando-se do posto de formador de opinião para por-se ao lado do leitor, como que com ele partilhando a leitura do mesmo jornal, se torna especialmente interessante.

Diante de um possível arbítrio, talvez definitivo, da repressão mesma, as possibilidades da República realizar-se como regime democrático começam a adquirir força.

Quando se dá o movimento grevista de novembro de 1918, insurreição anarco-sindical ocorrida no bojo do crescente movimento de manifestações desde meados de 17, Lima Barreto está internado no Hospital Central do Exército. Alucinações alcoólicas e clavícula quebrada o tiram das ruas da cidade. Desta enfermaria a que chama "cela", quando é preciso um esforço decisivo para continuar participante ativo da vida do Rio de Janeiro, envia aos jornais uma crônica histórica. A vida imita a arte e, à maneira de Policarpo Quaresma, escreve uma "Carta aberta" ao

> Excelentíssimo senhor Conselheiro Rodrigues Alves ou quem suas vezes fizer, na presidência da República. Quisera bem, Excelentíssimo Senhor, que esta fosse de fato lida por Vossa Excelência, Conselheiro do ex-império do Brasil, ex-ministro do Estado da República dos Estados Unidos do Brasil, ex-presidente dessa República, etc. etc.[23].

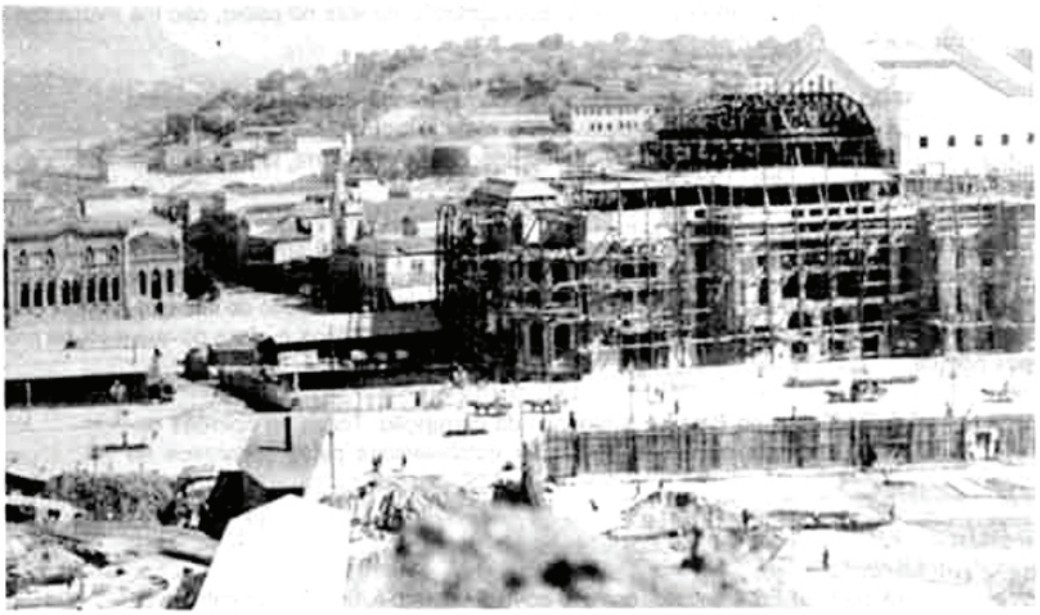
Rodrigues Alves, que em 1902 tornara-se o presidente mais votado da década, recebendo cerca de 592 mil votos, pouco mais de 3% da população brasileira, foi reeleito em 1918, morrendo porém em janeiro de 19, sem chegar a tomar posse. Em dezembro de 1918, Lima Barreto, em defesa dos anarquistas e da liberdade de manifestação, termina sua "carta" dizendo:

> Não preciso lembrar a Vossa Excelência que ser anarquista, ter opiniões anarquistas, não é crime nenhum. A República admite a máxima liberdade de pensamento(...)(grifo nosso)[24].

A crônica que citamos no início deste texto é um momento importante na visão da República como responsável pelas dificuldades populares, ao mesmo tempo em que representa um regime no qual vale a pena depositar esperanças. Apesar das circunstâncias de instauração da república dos militares, a construção de um projeto democrático seria também possível. Deste modo, ao mesmo tempo em que a República

> é o regímen da fachada, da ostentação, do falso brilho e luxo do *parvenu*, tendo como *repoussoir* a miséria geral[25].

20. Idem, p. 151.
21. *Marginália*, idem, p. 78.
22. Idem, p. 76.
23. *Bagatelas*, idem, p. 107.
24. Idem, p. 114.
25. *Marginália*, idem, p. 35.



Arquivo/Casa de Rui Barbosa

Foto de Malta da "Construção do Teatro Municipal", sem data (Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa). Sobre o evento, diz Lima Barreto em *Vida Urbana*, p. 233, "O conselho municipal e a arte": "Veio o Passos e tratou de construir o teatro. A justificativa era a educação artística do povo; Passos, porém, com quem menos se incomodava, era com o povo"

Apesar da limitação dos políticos que assumem o poder nesta república, é inegável que se marca aí uma evolução:

> Entretanto – eu o sei bem – o 15 de Novembro é uma data gloriosa, nos fatos da nossa história, marcando um grande passo na evolução política do país[26].

Talvez, de todas as crônicas jornalísticas de Lima Barreto, "Encerramento do Congresso" seja a mais significativa e permaneça ao se refletir sobre questões republicanas. Este texto de 14/1/22 parece ser desses documentos decisivos, não só pela clarividência com que o tema da representação popular é defendido, ao mesmo tempo em que garantias democráticas são reivindicadas, mas também pelo esforço em assumir a palavra dos sem-voz, de forma a, mais do que veicular as reivindicações populares, alertar o cidadão para temas que talvez ainda não o sensibilizassem.

A crônica se inicia instaurando uma cumplicidade com o leitor:

> Todos nós falamos mal dos senadores e deputados; todos nós os apelidamos o mais atrozmente; mas quando o Congresso se fecha, há um vazio na nossa vida comum e nos enchemos de pavor[27].

A grave questão do fechamento do Congresso parece, no entanto, não ser apelo suficientemente forte para o leitor, pouco ou nada consciente da importância desta instituição para cuja constituição possivelmente não terá contribuído. É preciso aproximar-se do cotidiano, da realidade imediata:

> Todo brasileiro nasceu mais ou menos para ser um tiranozinho em qualquer cousa, e é feito guarda civil ou ministro da justiça, cabo de destacamento ou chefe de polícia, trata logo de pôr pessoalmente em ação a autoridade de que é investido pelo Estado místico[28].

Estabelecida a identidade com o sentimento pessoal do público leitor, pode ser colocada a questão fundamental desta espécie de "artiguete" (como diria Mário de Andrade a respeito de suas próprias crônicas-críticas).

> Nesta hora sombria de angústias e apreensões, é de encher de saudades o fechamento do Congresso. Que vai ser de nós? A que vão ficar reduzidas as três liberdades primordiais à nossa existência: a individual, a de pensamento e a de imprensa?[30].

Impossível não sentir, nesse momento que vivemos, chegando finalmente às vésperas de tão esperada eleição presidencial, um certo frio na espinha.

Retomamos nosso Lima Barreto que, a 19/10/18, assim termina sua crônica em *A.B.C.*: "Viva a República"[31].

26 Idem.

27 *Feiras e mafuás*, idem, p. 273.

28 Idem.

29 Idem, p. 274.

30 Idem.

31 *Marginália*